

27 DEZ 1984

Credores preferem ESTADO DE SÃO PAULO esperar, diz Moreira

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O vice-presidente do Unibanco, Marcilio Marques Moreira, disse ontem que o entendimento dos Bancos internacionais credores do Brasil é de que as amortizações da dívida brasileira com vencimentos a partir de 2 de janeiro devem ser colocadas "em compasso de espera", até a conclusão das negociações e considerando o momento de transição do quadro político do País. Esse período, segundo o banqueiro, deve ser aproveitado ao máximo pelo Brasil para estudar as possíveis alternativas de negociação, inclusive uma cláusula preventiva que garanta a revisão dos termos de pagamento da dívida, caso se modifique a conjuntura atual de juros em queda e de recuperação da economia mundial.

Marques Moreira destacou que essa fase de transição deve ser entendida como "um período de busca de alternativa dentro da normalidade e não no sentido de uma ruptura, para obter a convergência entre os diversos interesses envolvidos — os do atual governo, os da próxima gestão presidencial, dos bancos credores e do Fundo Monetário Internacional, além dos governos dos países credores". Segundo ele, o Brasil, nas condições atuais, pode pagar seus compromissos com os encargos da dívida, na medida em que, tudo somado, houve uma queda de 6% nesses encargos nos últimos meses.

JUROS

O vice-presidente do Unibanco assinalou que os encargos da dívida vêm tendo comportamento favorável ao Brasil. "É uma realidade inegável" — disse. Assim, a **Libor** (taxa de mercado interbancário de Londres) sofreu queda de 13% para 9% — uma diferença de quatro pontos percentuais. A própria passagem da **prime rate** (taxa de aplicações do mercado norte-americano) para a **libor** como referência para os encargos representou uma diferença de pelo

menos um ponto percentual a menos.

Ainda segundo o raciocínio de Marques Moreira, mais um ponto percentual pode ser deduzido a título de diminuição da taxa de risco cobrada pelos bancos ao nível da que foi acertada com o México — 1 e 1/8% contra os 2 e 1/8% a 2 e 1/16% atuais pagos pelo Brasil. Essa redução global de seis pontos percentuais — disse o banqueiro — representa algo considerável sobre o volume de cerca de US\$ 50 bilhões em negociação até 1990-91 — algo em torno de US\$ 3 bilhões a menos nos encargos. O vice-presidente do Unibanco apresentou recentes projeções do Grupo Morgan para a evolução dos juros da dívida sobre as exportações totais do Brasil, para concluir pela viabilidade do pagamento nas condições atuais: em 1983, os juros representaram 42% das exportações; em 1984 ficarão perto de 38%; em 1986 cairão para 33%; e em 1990 baixarão ainda mais para 21%.

Ele admitiu que o comprometimento do superávit comercial futuro com o pagamento de juros poderá continuar sendo muito grande, mas ressaltou que essa perspectiva deve ser combinada com a de uma taxa de crescimento da economia brasileira entre 5% e 7%. Além disso — explicou —, as previsões adotadas para a taxa de juros em 1985 estão superestimadas, chegando a 11,5% (**Libor**) e "não há nenhum indicador de que isso vá ocorrer, pois estamos num momento de inflexão".

Para o banqueiro, o Brasil tem hoje todas as condições de negociar a inclusão de uma cláusula preventiva contra futuras oscilações dos juros e retração na economia mundial. "Não acredito que nenhum credor se oponha a isso", disse, fundamentando sua afirmação nos seguintes fatos: o Brasil, juntamente com o México, é considerado um "risco sistêmico", ou seja, a sobrevivência desses países condiciona a dos próprios credores em vários aspectos.